

Violência, não-violência e a luta pela Justiça Social

Em resposta à resolução Martin Luther King da Assembléia de Uppsala (1968), e à controvérsia provocada pela ajuda humanitária do Conselho Mundial de Igrejas aos grupos que combatem o racismo (1970), o Comitê Central do CMI (Addis Ababa, 1971) solicitou à sub-unidade Igreja e Sociedade que realizasse um estudo de dois anos sobre os problemas e as potencialidades da violência e da não-violência na luta pela justiça social.

No relatório preparado para o Comitê Central (Genebra, 22-29 de agosto, 1973), a sub-unidade Igreja e Sociedade notou que "nossa tarefa não foi iniciar uma discussão, pois os temas já se tinham registrado nas manchetes dos jornais, nas agendas dos sinodos das igrejas e nas consciências de muitos indivíduos com essa preocupação... Nosso papel específico era de tentar colocar o assunto num contexto ecumênico de âmbito mundial — o que significou, especialmente, ajudar os cristãos brancos afluentes a levar a sério as perspectivas de outras partes da Igreja."

A maior parte do relatório tomou a forma de uma afirmação baseada no trabalho feito durante os dois anos anteriores. Foi preparado, explicou Igreja e Sociedade, como "tentativa de esclarecer (não para encerrar) o debate das igrejas. Encarecemos a necessidade de maior trabalho a respeito das discordâncias e dos pontos obscuros que ainda permanecem, e para que se atinja o tipo de perspectiva genuinamente ecumênica sobre o problema como um todo, sem o que nenhuma das nossas igrejas pode escapar de seus vários parquialismos."

A AFIRMAÇÃO

1. O problema da responsabilidade cristã num mundo de força e violência é tão antigo quanto a própria Igreja. Apareceu nas mais diversas formas através dos séculos: no sofrimento e martírio triunfal da Igreja primitiva, na questão do serviço militar dos cristãos desde o tempo do Império Romano, no problema da "guerra justa", na justificação do tiranicídio, ou nos limites da obediência à autoridade política injusta e os meios pelos quais se pode resistir a ela, para citar apenas algumas dessas formas. Em todos esses casos a questão angustiante é a mesma: como podem os cristãos, filhos do amor de Deus e seguidores de Jesus Cristo, viver e trabalhar num mundo onde o uso da força e da violência contra as inúmeras formas de pecado humano parece inevitável?

2. Hoje, contudo, o problema adquiriu nova urgência, por várias razões. Entre elas:

(a) Igrejas e cristãos estão começando a perceber que raramente se colocaram do lado dos pobres e oprimidos. Com demasiada freqüência apoiaram os poderes de uma ordem social injusta. Muitas vezes lucraram com a pobreza dos outros. No passado usaram da força quando estiveram no poder, contra os que deles discordavam em crença ou ideologia. Sua primeira palavra diante do problema tem necessariamente que ser de arrependimento. Arrependimento, contudo, significa mudar a mente e o coração, e adquirir novas formas de ação pela justiça.

(b) Milhões de cristãos se confrontam hoje com o problema em suas próprias vidas: devem unir-se aos pobres e opri-

midos de seus países num movimento violento para derrubar uma ordem injusta que aparentemente não pode ser mudada de nenhum outro modo, ou devem permanecer passivos e portanto responsáveis pela perpetuação da injustiça? Em seu dilema de consciência procuram orientação e ajuda na Igreja.

(c) Os cristãos e as igrejas se encontram engajados com pessoas de outras crenças e ideologias ao trabalhar pelo futuro integral da humanidade. Não se podem contentar simplesmente em colocar curativos sobre as feridas humanas. As causas do sofrimento no egoísmo coletivo e nas estruturas injustas da sociedade também tem de ser atacado em nome do amor cristão. Isso leva a escolhas com relação ao uso da força e da violência que não pode ser evitado, em condições que os cristãos nem sempre podem controlar, mas onde devem agir.

(d) A violência hoje tornou-se demoníaca em seu domínio sobre a vida humana. Na vida de algumas nações e entre muitos povos severamente oprimidos parece mais um vício do que um comportamento racional. A televisão, os filmes e a literatura já nos acostumaram a cenas e ações violentas. A brutalidade policial e o uso de armas já se tornaram amplamente aceitos na vida civil. Em muitas nações as considerações militares cada vez mais domiam a vida política e econômica. Em algumas, os regimes militares tomaram o poder. Entre os pobres e as pessoas jovens em muitas terras existe um índice inusitadamente alto de assassinatos, assaltos e crimes menores. Com tamanha penetração, a violência condiciona as pessoas de tal maneira que lhes torna extremamente difícil ver opções pacíficas até mesmo nos relacionamentos pessoais.

(e) O mundo e as igrejas têm sido tanto inspirados quanto desafiados nestes anos recentes por exemplos de movimentos não-violentos novos e sofisticados em prol da justiça e da liberdade. Alguns deles — por exemplo o movimento de Gandhi — não foram cristãos. Outros tais como o de Martin Luther King — foram cristãos. Juntos o seu testemunho levou as igrejas do mundo a examinar novamente o estilo de seu envolvimento na luta pela justiça e pela paz mundial.

3. Em resposta a essas e a outras necessidades é importante que o Conselho Mundial de Igrejas se preocupe com a

questão da violência. Já o fez em várias ocasiões: em Amsterdão em 1948, onde o problema era a participação na guerra; no Congresso de Genebra de 1966, que cuidadosamente focalizou o problema da violência revolucionária contra sistemas sociais opressivos; em Upsala em 1968 onde tanto a violência do status quo e a importância dos métodos não-violentos de transformação social foram postos em foco, e em outras reuniões intercaladas a essas. O presente estudo nasceu de uma resolução em memória do Dr. Martin Luther King em Upsala que solicitava ao CMI que promovesse estudos sobre métodos não-violentos de transformação social. Recebemos estímulo adicional através do debate criado pela ajuda do CMI a grupos que combatiam o racismo. Na presente afirmação baseamo-nos nesta herança. (1)

A Esperança do Cristão

4. Acreditamos que a realidade fundamental que deve governar nosso pensamento e ações não seja uma forma ideal de comportamento, mas a promessa de Deus em Jesus Cristo de que o futuro está em suas mãos, de que seu reino está em ação, e que seu poder prevalecerá sobre as forças deste mundo. Esta promessa nos dá força e confiança para trabalhar pela relativa justiça, liberdade e paz a serem conseguidas aqui e agora, com esperança e com integridade. Acreditamos que esta promessa é uma boa notícia para os pobres, para as vítimas da injustiça e a todos que sofrem neste mundo, cuja condição Cristo compartilhou e redimiu. Acreditamos que para a nossa época "o alvo da transformação social seja uma sociedade em que todas as pessoas participem dos frutos e dos processos de tomadas de decisão; em que os centros de poder são limitados e prestam contas; em que os direitos humanos são verdadeiramente assegurados a todos; e que aja responsabilmente para com toda a comunidade humana, e para com as gerações vindouras". (2) Tal sociedade não seria o Reino de Deus, mas poderia refletir dentro das condições de nossa época a sujeição dos poderes deste mundo ao serviço da jus-

(1) Para uma exposição mais completa da história desse assunto vide Relatório da Consulta Nemi.

(2) Relatório Nemi, § 17, linha c.

tiça e do amor que refletem os propósitos de Deus para o homem.

5. A questão diante de nós, então, é: como discernir a atuação de Deus neste mundo onde a força e a violência são tão fortes, e com que meios podemos servi-lo através de nossas ações ou do nosso sofrimento?

O Dilema do Cristão

6. A violência não é um item isolado e abstrato para os cristãos. Como pessoas e como membros de comunidades, os cristãos vivem diariamente no meio da violência. Muitas vezes se encontram, voluntária ou involuntariamente, participando de organizações sociais que incorporam e praticam a violência. Podem deliberadamente agir de maneira violenta ou não-violenta para preservar a lei e a ordem, ou para ocasionar transformação. Talvez usem o poder do governo ou da lei para promover a justiça, ou talvez combatem o governo e transgridam a lei em nome da justiça. Não podemos falar em geral a respeito de seus dilemas até que levemos em consideração situações reais em que os cristãos estejam tentando viver sua fé. Em 1971 o Comitê Central do CMI endossou uma carta do Secretário Geral ao Secretário Geral das Nações Unidas em que chamava a atenção para o crescente uso da violência e de brutalidades em muitos países em todas as partes do mundo, pertencentes a vários blocos de poder e governados por diferentes ideologias e sistemas sociais. Não podemos falar aqui dos dilemas dos cristãos em todas essas terras. Para que nossas reflexões possam se apoiar em experiências reais, contudo, nos recordamos aqui de algumas poucas áreas específicas em que os cristãos se angustiam com as questões de violência hoje.

7. Na República da África do Sul muitos cristãos apóiam um governo que representa uma minoria branca que impõe sua vontade sobre a maioria de cor pela coersão, pela ameaça e freqüentemente pela violência declarada, para proteger seu status privilegiado, porque temem a perda total e a anarquia no caso da queda da presente estrutura de poder. Outros cristãos procuram opor-se e alteram as políticas governamentais em alguns aspectos, mas enfrentam uma quase total frustração em seus esforços legais e não-violentos. No mesmo país, muitos cristãos de cor e até alguns brancos se

encontram na contingência de colocar suas esperanças nos movimentos de libertação, ou até tomam parte neles, que visam a derrubada da atual autoridade opressora, como caminho para a justiça e para a liberdade. Tais movimentos, que em outros países da África meridional já libertaram territórios e instalaram governos de fato, usam muitas táticas, que vão desde a educação até a ação militar.

8. Na América Latina muitos cristãos sentem-se em meio à violência, e isso desde longa data. Esta se mostra sob aspectos muito diversos — através de atos opressores tais como aprisionamento injustificado de opositores do governo, tortura, censura dos meios de comunicação e através da exploração econômica apoiada pelo poder político. A desnutrição, alta taxa de mortalidade infantil, analfabetismo, discriminação cultural, exploração do operariado e crescente desigualdade entre ricos e pobres são considerados como aspectos de uma situação de violência em que milhões de latino americanos estão envolvidos. A pergunta que se faz é como derrubar as forças que perpetuam essa situação. Está aumentando nas massas a conscientização quanto à violência e à injustiça. Os grupos dominantes, por seu lado, sentindo seus privilégios ameaçados, constroem sistemas de poder cada vez mais opressivos e violentos. Os movimentos para a transformação construtiva, mesmo quando legais e pacíficos, podem ocasionar maior repressão. A Igreja tem sido desafiada a denunciar essa situação e a definir uma opção clara pela libertação do povo e pela construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Que formas deve tomar tal opção? Como podem os cristãos em solidariedade com o novo trabalhador efetivamente para combater as forças de um status quo de violência?

9. Na Irlanda do Norte os cristãos se degladiam numa violência contínua e comunitária, em que todos os limites controladores foram derrubados. Questões econômicas e políticas estão sendo combatidas pela luta armada e as atrocidades cometidas por grupos que usam as designações herdadas do passado da Igreja. A estorrecedora ironia da situação é que os que buscam a justiça e a reconciliação se vêem acusados, por vezes cristãos de ambos os lados extremados, de traidores da fé.

10. No Oriente-Médio, os cristãos árabes compartilham com os mussulmanos um acalorado senso de justiça em resposta à ocupação por Israel de algumas terras árabes. A violência é o clima e o espírito do dia. A violência bem sucedida determinou o status quo. A resolução pacífica parece um sonho sem esperanças nas circunstâncias atuais. Qual é o dever de um cristão e qual a sua esperança de dar testemunho da justiça e da paz nesta situação?

11. Nos Estados Unidos a maioria dos representantes da Igreja se opôs à violência maciça e descarada que seu país inflingiu ao sudeste asiático, mas muitos cristãos a apoiaram quer tácita quer abertamente. Os cristãos tanto participaram da dominação econômica e das intervenções políticas na América Latina como objetaram a elas, que foram muitas vezes declaradamente violentas. O movimento pelos direitos civis e outros movimentos de protesto, muitas vezes comprometidos com a transformação não-violenta, adotaram por vezes a violência, quer por escolha tática quer por rompantes espontâneos de sentimentos contra a opressão armada sistemática que atua com meios tanto brutais quanto sutis. Tais exemplos ilustram o dilema dos cristãos americanos: Alguns apóiam a violência pelas forças armadas no estrangeiro e pela polícia na ação interna em nome da segurança nacional ou local. Alguns trabalharam para limitar essa violência e para conseguir justiça por meios legais e não-violentos, mas com êxito apenas restrito. Uns poucos se voltaram para a contraposição pela violência, sem maior êxito. Qual o caminho da esperança?

12. Nestes e em muitas outras situações que poderiam ser descritas os cristãos se encontram em campos opostos do conflito. Em todas as situações eles — ou pelo menos muitos deles — sentem um peso na consciência, uma angústia que não pode ser sanada com frases feitas ou palavras-chaves, e que é um apelo para um modo melhor de viver.

Dedicação a Cristo

13. Que orientação, então, podemos achar quando nos voltamos para a situação de onde emana a nossa fé?

14. Como cristãos procuramos em Cristo Jesus a clareza com relação à nossa maneira de agir num mundo de vio-

lência. Buscamos essa clareza tanto em suas palavras quanto nos seus atos. O amor de Deus chega a todos os seres humanos no seu sofrimento e na hora da necessidade, em sua pobreza e na sua falta de poder, mas também na confusão que acompanha a riqueza e o próprio poder. Cristo permanece ao lado dos pobres e dos sofredores e confronta com o julgamento de Deus aqueles que estão causando a pobreza e o sofrimento pelo uso egoísta de sua riqueza ou do seu poder político ou religioso.

15. Temos prova evidente de que Jesus de Nazaré não usou a violência a favor dos pobres, dos fracos e dos sofredores contra os poderosos ainda que se identificasse com os primeiros e os achasse particularmente aptos a ouvir o Evangelho. As escrituras mostram, ao contrário, que ele próprio sofre a violência injusta dos poderosos, a ponto de morrer na Cruz. Esta é a condição de sua autoridade e do seu poder como Senhor ressurreto, que sobrepuja todos os poderes e todas as forças do sofrimento e até a própria morte.

16. Qual a consequência deste exemplo para nós hoje? Quanto a isso os cristãos, incluindo os presentes neste comitê, não chegam a um acordo. Alguns argumentos que a renúncia de Jesus à violência foi ocasional ou situacional, e que em outros contextos a mesma dedicação à justiça e a sensibilidade quanto às necessidades humanas poderia levar a imperativos bem diferentes, inclusive a medidas violentas para preservar uma ordem relativamente justa ou para atacar uma ordem injusta. Outros vêem na rejeição de Jesus à opção do Zelote uma escolha tão básica à definição do seu ministério, tão típica da problemática ética de todas as situações, e tão firmemente apoiada pelo resto das Escrituras e pela experiência das igrejas que a consideram orientação de validade permanente.

17. Concordamos, contudo, em considerar o mandamento de Jesus para amar a todos os seres humanos como a base forte de toda a nossa ação. Significa amor aos inimigos assim como amor aos amigos. Exclui todo o ódio contra as pessoas, grupos, classes, povos ou raças. "Eu vos digo, amai os vossos inimigos, abençoai os que vos amaldiçoam, fazei o bem aos que vos odeiam e orai por aqueles que vos maltratam." (Mat. 5:44).

18. Este mandamento é de caráter social e pessoal. A libertação dos seres humanos é uma tarefa tanto interna quanto externa. Não comportam separação. Nenhuma pode ser absorvida pela outra. A libertação interior do ódio e do medo é uma preparação para a obra de libertação social, e nunca um substituto dela. A destruição de estruturas de injustiça e de violência numa sociedade prepara o caminho para acordos de paz entre povos, mas tais acordos têm de ser ratificados por indivíduos inteiramente livres de violência para com seus semelhantes.

19. Concordamos que toda a luta contra o mau uso do poder tem de incluir a preocupação de concretizar a justiça e a liberdade de acordo com o propósito de Deus para todo o povo, até mesmo os nossos inimigos, no presente e no futuro (Rom. 12:19-21).

20. Concordamos ainda em nossa confiança em que o próprio Deus realizará seu propósito para com todo o povo. Seu trabalho estará completo quando sua vitória sobre todos os poderes do mundo for manifesta. Tal confiança nos impede de ficar à margem e buscar a paz apenas em nós mesmos. Leva-nos para o mundo e para a batalha pela justiça e pela liberdade do povo inteiro a fim de realizarmos a humilde parte que nos cabe na obra de Deus.

O Poder Humano Sob o Mandato de Deus

21. Ainda há mais que possamos dizer em conjunto, tendo como base a nossa fé, em relação ao poder humano.

22. Concordamos que sob o mandato de Deus os governos têm a função legítima de restringir o poder privado no interesse da justiça comum a todos, para assegurar os direitos humanos e para servir ao bem comum. Para tal fim utilizam-se da força governada pela lei. Quando um governo assim procede tem autoridade, que deve ser reconhecida, ainda que façamos objeção a certas leis e as procuremos mudar. Um governo justo propicia uma estrutura legal dentro da qual interesses opostos e pontos de vista divergentes podem resolver seus conflitos. Seus processos não são apenas coercivos, mas também persuasivos, criando facilidades em muitos níveis: na educação, nas obras públicas e nos investimentos, no planejamento e na regulamentação da economia, na promo-

ção da paz e da harmonia entre diferentes grupos da sociedade.

23. Todos os poderes humanos, contudo, são tentados a utilizar indevidamente a sua autoridade ou a exceder-se na sua aplicação. Os governos, quase por definição, são os executores dos poderes que podem manobrar com violência. Os governos podem servir ao bem comum ou podem servir aos privilégios injustos — e freqüentemente servem a ambos. Fazer valer a autoridade é função dos governos, e a força no fazer valer a autoridade muitas vezes inclui a realidade ou a ameaça da violência. Uma vez que nenhum governo é ideal, os cidadãos sentem-se geralmente obrigados a aceitar imperfeições antes de se disporem a derrubar um governo — especialmente quando percebem que o governo que o substituirá também será imperfeito. Mas, um governo pode se tornar tão tirânico e tão hostil a seu próprio povo que os cidadãos venham a sentir como dever o resistir-lhe ou derrubá-lo. Suas decisões podem depender em grande parte das oportunidades existentes de livre expressão e de transformação pacífica que estão incorporadas ao governo em pauta.

24. Algumas formas de poder, além disso, especialmente de poder econômico e tecnológico, são controladas inadequadamente por qualquer lei justa. Tais forças são ainda mais tentadas à violência, e o seu controle exige uma oposição eficiente por parte dos que são prejudicados por suas ações, e por parte de todos que se preocupam com a justiça.

25. Poderes como esses estão enraizados nas ambições e nos desejos humanos, nos temores e nas esperanças dos homens. Mas, também transcendem os seres humanos individuais e os subjagam. O Novo Testamento, quando fala dos principados e dos poderes deste mundo, reconhece este caráter ambíguo. Os principados e os poderes deste mundo podem se opor a Deus e à justiça humana. Podem tornar-se violentos e nesse caso os cristãos têm de lhes opor resistência (Eph. 6). Ao mesmo tempo, os cristãos são convocados a testemunhar diante desses poderes acerca do propósito de Deus para este mundo em Cristo ao qual eles, quando redimidos, pertencem (Eph. 3:9-11). A Igreja tem esse ministério diante das estruturas e dos poderes da política e da economia, que freqüentemente são violentas na sua ma-

neira de operar. Como cristãos temos de resistir ao mal da violência estruturada. Temos de ficar com os pobres e os oprimidos. Fazemo-lo em obediência ao nosso Senhor. Fazemo-lo como Igreja que inclui os afluentes e os pobres. Fazemo-lo como parte do ministério que desempenhamos junto a esses poderes buscando sua transformação em servos da relação de acordo dentro da qual Deus visa incluir todos os povos em liberdade e em responsabilidade mútua.

26. Concordamos, portanto, que o alvo da resistência ao poder injusto e ilegítimo não deva ser a destruição do nosso inimigo, mas, uma ordem mais justa dentro da qual diferentes grupos e poderes concordem em viver em paz, reconciliados um com o outro. Apenas Deus, e não qualquer ideologia humana ou instituição humana, é a medida da justiça. Nenhum de nós é correto o bastante para pretender uma vitória total ou para exigir uma sociedade em que nossas idéias de justiça ou nossos ideais tão somente irão prevalecer. Portanto os cristãos almejam uma sociedade em que todas as pessoas e grupos possam participar nas decisões que afetam o bem comum.

27. Também concordamos em reconhecer que nenhuma instituição e nenhum movimento humano é sem pecado. Tanto os que mantêm o poder que existe quanto os que os atacam carregam suas várias medidas de culpa pelos males da sociedade. Nós que vivemos pelo perdão dos nossos pecados temos de traduzir isso no reconhecimento humilde do julgamento de Deus, num profundo sentimento de identidade com os oprimidos e uma responsabilidade permanente para com os inimigos que combatemos. Esperamos que Deus transforme nossa luta pela justiça na concretização de sua justiça que inclui a reconciliação de toda a humanidade em si mesmo.

Ação: Violenta e Não-Violenta

28. É no contexto dessa realidade que os métodos de resistência ao poder econômico ou político injusto e opressivo devem ser considerados. Há entre nós três pontos de vista distintos a respeito de métodos:

(a) Alguns acreditam que a ação não-violenta é a única possibilidade consistente com a obediência a Jesus Cristo. Reconhecem que essa disciplina é difícil

e será frequentemente mal sucedida. Fazem objeção à justificativa de não-violência exclusivamente pelo seu êxito como estratégia para resolver problemas sociais. A ação não-violenta é para eles um testemunho do poder transcendental de Deus em Jesus Cristo, um caminho de fé que se justifica apenas por Deus e pelo seu poder.

(b) Alguns estão preparados para aceitar a necessidade da resistência violenta como um dever cristão em circunstâncias extremas, mas aplicariam a essa conduta critérios semelhantes aos que governam uma guerra justa. Não apenas a causa tem de ser justa e todas as demais possibilidades esgotadas, como também deve haver uma expectativa razoável de que a resistência violenta alcançará os fins desejados; os métodos devem ser justos e deve haver um entendimento claro quanto à ordem a ser estabelecida depois do êxito da violência. A violência será então considerada como a *última ratio*. É o ato da liberdade que só pode ser levado a cabo, com a culpa decorrente, na confiança no julgamento final de Deus.

(c) Alguns já se encontram em situações de violência em que não podem evitar de participar. A não-violência não se apresenta como opção a menos que se retirem totalmente da luta pela justiça. Nesta situação o problema é reduzir a soma total da violência dentro da situação e libertar seres humanos para relações justas e pacíficas uns com os outros. Alguma forma de ordem relativamente justa tem de ser criada antes que a violência possa cessar. O problema da responsabilidade cristã, nesse caso, é humanizar os meios do conflito e de construir estruturas de paz dentro dele, sempre que possível.

29. Não fomos capazes de reduzir esses três pontos de vista radicalmente diferentes a um acordo. Estamos, contudo, convencidos de três coisas:

(a) De que há algumas formas de violência das quais o cristão não pode participar e que as igrejas têm de condenar. Há causas violentas — a conquista de um povo por outro ou a opressão deliberada de uma classe ou raça por outra — que ofendem a justiça divina. Há meios violentos de luta — a tortura em todas as suas formas, a prisão de reféns inocentes e a matança deliberada ou indiscriminada de não-combatentes inocentes.

por exemplo — que destroem a alma dos que os perpetuam tão seguramente quanto a vida ou a saúde das vítimas.

(b) Estamos convencidos de que muito pouca atenção tem sido dedicada pela Igreja e pelos movimentos de resistência aos métodos e técnicas da não-violência na luta por uma sociedade justa. Há enormes possibilidades de se evitar a violência e o derramamento de sangue e de mitigar os conflitos violentos já em curso, pelo uso sistemático de formas de luta cujo alvo seja a conversão e não a destruição do oponente e que utilizem meios que não excluam a priori a possibilidade de um relacionamento positivo com o oponente. A ação não-violenta representa território relativamente inexplorado: iniciativas tomadas por vários grupos e indivíduos para ajudar na exploração desse território positivamente merecem o mais radical apoio possível do CMI e das igrejas.

(c) Rejeitamos, porém, algumas idéias superficiais a respeito da não-violência que estiveram presentes no debate que se realizou recentemente. A ação não-violenta é altamente política. Pode ser extremamente controversa. Não está livre de concessões e das ambiguidades que acompanham qualquer tentativa para incorporar uma ética baseada no amor num mundo de poder e contra-poder; e não é necessariamente sem derramamento de sangue. Além do mais, a maioria das lutas pela liberdade — e a maioria das ações dos governos — têm sido, na realidade, misturas de ação violenta e não-violenta. Um movimento não-violento pode causar violência periférica e ver-se a braços com o problema de controlá-la. Uma luta armada pode também ter dimensões não-violentas, tais como a educação destinada a persuadir e ganhar para si o inimigo. Num movimento grupos violentos e não-violentos podem estar trabalhando para os mesmos fins. Em todos eles o cristão terá escolhas difíceis a fazer. Quanto mais tais escolhas forem motivadas por um espírito responsável e pelo conhecimento de opções não-violentas, tanto mais criadoras serão.

Desafio Mútuo e Ajuda Mútua

30. Os cristãos que refletem sobre tais problemas devem evitar a armadilha de parecer ditar estratégias e táticas para pessoas que vivem situações diferentes em lugares distantes. Nenhuma delas pode ter validade universal; e os que vivem

fora de um conflito social específico fariam bem em se abster de propiciar conselhos, quer para estratégias de violência ou de não-violência, quando não seriam eles, mas outros que teriam de pagar o preço de haver seguido os conselhos. Em particular, aqueles que se sentam confortavelmente junto ao topo da pirâmide sócio-econômica do mundo devem ser sensíveis às severas limitações que sua própria afluência impõe à sua possibilidade de fornecer conselhos morais a outros menos bem colocados.

31. Contudo, com essa restrição em mente, é essencial que o processo de desafio e ajuda mútua continue e aumente. Muitas dessas situações locais aparentemente diferentes têm de fato muita coisa em comum, e os sentimentos humanos de medo e frustração são compartilhados pelo mundo todo, e pelas pessoas em ambos os lados dos conflitos. Além do mais, o diálogo entre os cristãos precisa realizar-se em escala mais ampla, porque os cristãos ligados aos centros de poder mundiais têm maior responsabilidade pela violência franca ou encoberta nos lugares longínquos do que muitas vezes se apercebem. Também o movimento ecumênico ensinou-nos a importância de ouvir perguntas desagradáveis que desafiam nossas concessões fáceis às várias culturas dentro das quais vivemos e prestamos testemunho; e nos fez ver que os cristãos não podem permanecer indiferentes a essas questões de justiça social e política.

32. A violência não deve ser equacionada com o radicalismo ou com a revolução, nem a não-violência com gradatividade ou reforma, nem vice-versa. Tanto uma quanto outra forma de luta, ou ambas, podem ser usadas com uma gama muito ampla de intenções; desde a derrubada revolucionária de todo um sistema até as alterações menores dentro de um mesmo sistema social.

33. Os que estão preparados para usar a violência contra a ordem estabelecida precisam se perguntar:

— Foram realmente exploradas todas as potencialidades da não-violência dentro dessa situação, ou estaremos simplesmente deduzindo a priori que ela não funciona?

— A escolha de estratégias está alienando a opinião pública mais do que estimulando seu apoio?

— De que maneira os meios que estão sendo usados podem deixar de se tornar instrumentos de desumanização e dessa maneira deturpar as finalidades que buscamos? Estamos pensando com demasiada leviandade a respeito de tirar a vida de outro ser humano.

— Já consideramos como integrar os antigos opressores (e suas famílias, amigos, os quais podem muito bem ser também vítimas da violência) na sociedade liberada para qual estamos lutando?

34. Defensores da não-violência como questão de princípio precisam perguntar-se:

— Estamos tomando a sério mesmo a tenacidade e a profundidade da violência nas estruturas da sociedade, e a rutura social que sua diminuição provavelmente exigirá?

— Pode a ação não-violenta enfraquecer a resistência efetiva em momentos cruciais da luta?

— Aderindo a isso como princípio absoluto não estaremos correndo o perigo de dar prioridade aos meios (não-violência, isto é, reduzida violência revolucionária) em detrimento do fim proposto (justiça, isto é, violência estrutural reduzida)?

— Estamos mais preocupados com nossa "boa consciência" do que com o bem dos oprimidos?

35. Os que, por quaisquer meios, trabalham pela destruição de uma estrutura de poder existente a fim de construir outra melhor precisam enfrentar perguntas como sejam:

— Para que resultados visados se dirige a sua luta, e como o preço a ser pago se contra-balança com o benefício esperado?

— Como podem conservar sob controle o seu poder em termos do propósito espousado, para que a vitória não signifique o aparecimento de um sistema opressivo a mais?

— Como se integrarão na nova sociedade aqueles contra quem se dirige a luta?

36. Os que basicamente se preocupam com a preservação de instituições de uma sociedade existente quando suas estruturas de poder são postas em questão, e

que se dedicam à sua defesa, precisam perguntar-se:

— Estão agindo à luz da preocupação bíblica pelos pobres e oprimidos, ou pela preservação de seu próprio interesse ou dos interesses de seu grupo específico?

— Até que ponto sua própria violência difere da dos grupos revolucionários?

37. Os cristãos que vivem em países onde as instituições estabelecidas são passíveis de pressão para que se efetuem mudanças nas estruturas de governo, indústria e sociedade no interesse da justiça social, precisam encerrar perguntas como estas:

— A tenacidade e a profundidade da violência estrutural é tomada suficientemente a sério?

— Há nessa sociedade grupos permanentemente excluídos do direito de expressão e da possibilidade de influir? Até que ponto os ricos e os poderosos são de fato favorecidos?

— Até que ponto é necessário o deslocamento fundamental dos poderes que existem para que se concretize a justiça?

38. A pergunta mais importante, porém, não é levantada por nenhum desses grupos para qualquer outro, mas por todos juntos à Igreja inteira. Certamente que o fato de estarem alguns cristãos agindo violentamente pela justiça e pela paz ao passo que outros agem por meios não-violentos constitui um problema. Mas o maior problema é que a maioria dos que chamam a Cristo de Senhor não estão agindo conscientemente nesse campo, de modo nenhum. É portanto vital que a difundida preocupação com violência e não-violência não obscureça, mas antes esclareça o desafio maior ao qual o movimento ecumênico nos últimos anos tem dado importância cada vez maior. Trata-se do desafio a que todos os cristãos se tornem mais conscientes e corajosos na expressão de sua dedicação a Jesus Cristo no engajamento social e político específico pela justiça social; e nessa esfera encontrar seus lugares como servos do Senhor que também foi servo, como as demais pessoas de outras crenças que se preocupam com a liberdade e a plena realização do homem.

Maria Luiza Nogueira - (trad.)